

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2602065089M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Câmara dos Deputados

CARGO:

Técnico Legislativo – Assistente Legislativo e
Administrativo

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2026

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2026

Avalie nossos
simulados:



Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - 3º SIMULADO TÉCNICO LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE ASSISTENTE LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Lucas Lemos

Instituições financeiras reconhecem que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira

- 1 Os bancos e as empresas que efetuam pagamentos têm dificuldades de controlar as fraudes financeiras on-line no atual cenário tecnológico conectado e complexo. Mais de um terço (38%) das organizações reconhece que é cada vez mais difícil detectar se uma transação é fraudulenta ou verdadeira, revela pesquisa realizada por instituições renomadas.
- 2 O estudo revela que o índice de fraudes on-line acompanha o aumento do número de transações on-line, e 50% das organizações de serviços financeiros pesquisadas acreditam que há um crescimento das fraudes financeiras eletrônicas. Esse avanço, juntamente com o crescimento massivo dos pagamentos eletrônicos combinado aos novos avanços tecnológicos e às mudanças nas demandas corporativas, tem forçado, nos últimos anos, muitas delas a melhorar a eficiência de seus processos de negócios.
- 3 De acordo com os resultados, cerca de metade das organizações que atuam no campo de pagamentos eletrônicos usa soluções não especializadas que, segundo as estatísticas, não são confiáveis contra fraude e apresentam uma grande porcentagem de falsos positivos. O uso incorreto dos sistemas de segurança também pode acarretar o bloqueio de transações. Também vale notar que o desvio de pagamentos pode causar perda de clientes e, em última instância, uma redução nos lucros.
- 4 Conclui-se que a fraude não é o único obstáculo a ser superado: as instituições financeiras precisam também reduzir o número de alarmes falsos em seus sistemas a fim de fornecer o melhor atendimento possível ao cliente.

(Adaptado de: computerworld.com.br. Disponível em: <http://computerworld.com.br/quase-40-dos-bancos-nao-sao-capazes-de-diferenciar-um-ataque-de-atividades-normais-de-clientes>)

Considerando os aspectos gramaticais e semânticos, julgue os itens seguintes.

- 1 Afirma-se, no texto, que o aumento das fraudes financeiras on-line ocorre de forma independente do crescimento das transações eletrônicas.
- 2 Segundo o texto, a maioria das organizações utiliza soluções especializadas altamente confiáveis no combate às fraudes.
- 3 Infere-se que o uso inadequado dos sistemas de segurança pode resultar tanto em bloqueio de transações legítimas quanto em prejuízos financeiros.
- 4 O texto defende que o único desafio das instituições financeiras no combate às fraudes é impedir transações fraudulentas.
- 5 No primeiro período do segundo parágrafo, a oração iniciada pela conjunção “que” funciona como complemento direto da forma verbal “revela”.

- 6 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma verbal “há” expressa existência, logo seria gramaticalmente correto substituí-la por **existe** sem alteração dos sentidos originais do texto.
- 7 No primeiro período do terceiro parágrafo, a eliminação da vírgula após “resultados” manteria a correção gramatical e ideia original do texto.
- 8 A oração “que efetuam pagamentos” (primeiro período do primeiro parágrafo) é indispensável para o sentido do texto, pois delimita a referência de independência.
- 9 No segundo período do terceiro parágrafo, a expressão “dos sistemas de segurança” exerce a função de complemento nominal do substantivo abstrato “uso”.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a forma verbal “tem forçado” está no passado e expressa ideia de continuidade, podendo ser substituída por formas no gerúndio como: “está forçando” ou “vem forçando”.

A velhinha contrabandista

- 1 Todos os dias uma velhinha atravessava a ponte entre dois países, de bicicleta e carregando uma bolsa. E todos os dias era revistada pelos guardas da fronteira, à procura de contrabando. Os guardas tinham certeza que a velhinha era contrabandista, mas revistavam a velhinha, revistavam a sua bolsa e nunca encontravam nada. Todos os dias a mesma coisa: nada. Até que um dia um dos guardas decidiu seguir a velhinha, para flagrá-la vendendo a muamba, ficar sabendo o que ela contrabandeava e, principalmente, como. E seguiu a velhinha até o seu próspero comércio de bicicletas e bolsas.
- 2 Como todas as fábulas, esta traz uma lição, só nos cabendo descobrir qual. Significa que quem se concentra no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente, ou que muita atenção ao detalhe atrapalha a percepção do todo, ou que o hábito de só pensar o óbvio é a pior forma de distração.

(VERISSIMO, Luis Fernando. O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41)

Julgue os itens seguintes com base nas estruturas textuais.

- 11 O texto pode ser classificado como uma fábula, pois apresenta uma narrativa curta e termina com uma lição explícita.
- 12 A lição do texto sugere que a atenção excessiva aos detalhes pode prejudicar a compreensão do conjunto.
- 13 A narrativa sugere, de forma implícita, que a inteligência da velhinha superava a dos guardas da fronteira.
- 14 No terceiro período, tendo em vista as relações entre termos da oração, em “revistavam a velhinha, revistavam a sua bolsa e nunca encontravam nada”, o sujeito das formas verbais classifica-se como indeterminado.

- 15 Em “à procura de” (segundo período), o sinal indicativo de crase se trata de um emprego fixo ou diferencial.
- 16 No terceiro período do texto, a conjunção “mas” poderá ser alterada por qualquer uma das seguintes: **porém**, **contudo**, **todavia** e **conquanto**.
- 17 No último período do primeiro parágrafo, as palavras “próspero” e “comércio” são acentuadas de acordo com mesma regra gramatical.
- 18 O vocábulo destacado em “o hábito de só pensar o óbvio é a **pior** forma de distração” (último período do texto) tem valor de substantivo.

Alternativa

- 1 Envelhecer é chato, mas consolemo-nos: a alternativa é pior. Ninguém que eu conheça morreu e voltou para contar como é estar morto, mas o consenso geral é que existir é muito melhor do que não existir. Há dúvidas, claro. Muitos acreditam que com a morte se vai desta vida para outra melhor, inclusive mais barata, além de eterna. Só descobriremos quando chegarmos lá. Enquanto isso vamos envelhecendo com a dignidade possível, sem nenhuma vontade de experimentar a alternativa.
- 2 Mas há casos em que a alternativa para as coisas como estão é conhecida. Já passamos pela alternativa e sabemos muito bem como ela é. Por exemplo: a alternativa de um país sem políticos, ou com políticos cerceados por um poder mais alto e armado. Tivemos vinte anos desta alternativa e quem tem saudade dela precisa ser constantemente lembrado de como foi. Não havia corrupção? Havia, sim, não havia era investigação pra valer. Havia prepotência, havia censura à imprensa, havia a Presidência passando de general para general sem consulta popular, repressão criminosa à divergência, uma política econômica subserviente a um “milagre” econômico enganador. Quem viveu naquele tempo lembra que as ordens do dia nos quartéis eram lidas e divulgadas como editos papais para orientar os fiéis sobre o “pensamento militar”, que decidia nossas vidas.
- 3 Ao contrário da morte, de uma ditadura se volta, preferencialmente com uma lição aprendida. E, para garantir-se que a alternativa não se repita, é preciso cuidar para não desmoralizar demais a política e os políticos, que seja. Melhor uma democracia imperfeita do que uma ordem falsa, mas incontestável. Da próxima vez que desesperar dos nossos políticos, portanto, e que alguma notícia de Brasília lhe enojar, ou você concluir que o país estaria melhor sem esses dirigentes e representantes que só representam seus interesses, e seus bolsos, respire fundo e pense na alternativa.
- 4 Sequer pensar que a alternativa seria preferível – como tem gente pensando – equivale a um suicídio cívico. Para mudar isso aí, prefira a vida – e o voto.

(Adaptado. Veríssimo, O Globo, 30/6/2013)

De acordo com os aspectos linguísticos e semânticos, julgue os itens seguintes.

- 19 O texto é classificado como descritivo, dado que caracteriza as alternativas propostas pelo autor.
- 20 Ao afirmar que preferir a alternativa autoritária equivale a um “suicídio cívico”, o autor emprega uma metáfora para reforçar seu ponto de vista.

- 21 O texto conclui com a defesa explícita da participação democrática, especialmente por meio do voto, como forma de mudança política.
- 22 O texto estabelece um paralelo entre morte e ditadura para mostrar que ambas são alternativas irreversíveis.
- 23 A eliminação do vocábulo “do” em “o consenso geral é que existir é muito melhor do que não existir” (segundo período do primeiro parágrafo) mantém a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 24 Em “repressão criminosa à divergência” (sétimo período do segundo parágrafo), caso o vocábulo “divergência” fosse empregado no plural, o acento indicativo de crase deveria ser mantido.
- 25 No segundo período do terceiro parágrafo, o vocábulo “se”, em “garantir-se” indica a indeterminação do sujeito, o que justifica o uso do singular em “garantir”.

Língua Inglesa

Alexandre Hartmann

“They’re not getting a cent of my money”: how readers feel about World Cup ticket prices

The 2026 World Cup in the US, Mexico and Canada is less than six months away. Fifa’s ticketing process has been met with demand and controversy. Security concerns for fans traveling to the US have risen. We asked fourteen readers to share their experiences of buying World Cup tickets – or deciding not to:

1. “The price was high but that’s reality for North American sports”
2. “They’re not getting a cent of my money”
3. “Do I think it’ll be worth it? No”
4. “Still the most pure form of the sport around”
5. “I spent \$70,000 on tickets”
6. “Basic safety and dignity are on the line”
7. “Don’t think I will take the risk”
8. “Once-in-a-lifetime experience”
9. “Impossible to support”
10. “London 2012 was so much simpler”
11. “Easier to find the Aurora Borealis in our neighborhood”
12. “We still think it will be worth it”
13. “Once-in-a-lifetime adventure ... squashed”
14. “No idea if this strategy will work”

Source: <https://www.theguardian.com/football/2026/feb/02/ice-anticipation-and-5000-tickets-guardian-readers-on-their-world-cup-hopes-and-concerns>

Judge the following items according to the text above.

- 26 The sentence quoted in the title sums up all the fourteen interviewed readers’ opinions.
- 27 The sentence “Security concerns for fans traveling to the US have risen” can be correctly rewritten, without any change in meaning, as **Safety awareness for supporters traveling to the USA has diminished.**

- 28 In this context, the phrase “on the line” means the same as **at great risk**.
- 29 Reader 2 suggests boycotting the event due to its hefty price.
- 30 The word “risk” in “Don’t think I will take the risk” may refer to a reason other than money.
- 31 The adjective “Impossible” in “Impossible to support” can be correctly replaced with Unlikely, without altering the meaning of the sentence.
- 32 Reader 10 contrasts the current process with a smoother past experience.
- 33 From Reader 11, it can be inferred that buying the tickets is so unlikely that it feels impossible.
- 34 Reader 13 believes a rare opportunity to attend the World Cup 2026 was **prevented from happening**.
- 35 Only one of the readers has already bought the tickets.

Raciocínio Lógico e Analítico

André Arruda

Q: “Quando você pergunta se estou cansado, se eu não estava antes da pergunta, o fico após ela.” Considerando a proposição Q e aspectos atinentes à lógica sentencial, julgue os itens seguintes.

- 36 A tabela-verdade associada à proposição Q tem mais de dez linhas.
- 37 A negação da proposição “Se eu não estava cansado antes da pergunta, o fico após ela.” pode ser expressa por “Eu não estava cansado antes da pergunta ou não o fico após ela.”.
- 38 Q é logicamente equivalente a “Se você pergunta se estou cansado e eu não estava antes da pergunta, o fico após ela.”.
- 39 Considere que sejam verdadeiras as proposições “Você perguntou se estou cansado.” e “Eu estava cansado antes da pergunta.”. Nesse caso, Q será verdadeira independentemente do valor lógico de “Fico cansado após a pergunta.”.

Considerando a proposição P: “Júnior é poderoso se, e somente se, Paulo é seu pai”, julgue o próximo item.

- 40 A proposição P é logicamente equivalente à seguinte proposição: “Júnior não é poderoso se, e somente se, Paulo não é seu pai”.

Cinco irmãs, discutindo sobre a festa que aconteceria na cidade no final do mês, fizeram as afirmações abaixo.

- Se a Paula for à festa, então a Bruna também irá.
- Se a Renata não for à festa, então a Laura irá.
- Se a Flávia não for à festa, então a Bruna também não irá.
- Se a Laura for à festa, então a Paula também irá.

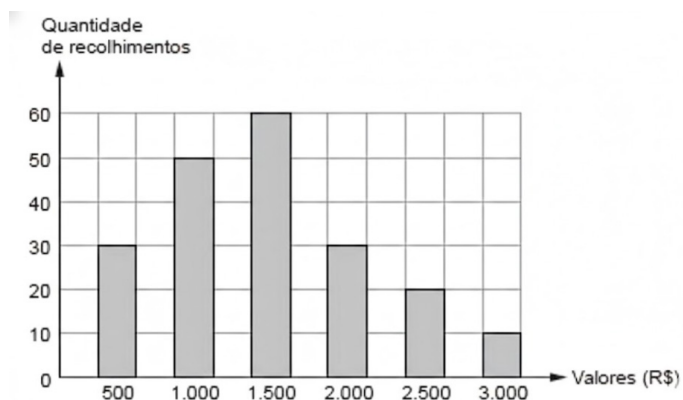
Com base na situação apresentada acima, julgue o item a seguir.

- 41 Sabendo que as quatro afirmações são verdadeiras e que Paula não foi à festa, pode-se concluir que, necessariamente, Renata foi à festa.
- 42 O argumento a seguir é válido devido à sua forma.
Se eu não dormir bem, não consigo me concentrar no trabalho.
Não consegui me concentrar no trabalho.
Logo, eu não dormi bem.

O Ministério da Justiça pretende selecionar ao acaso 3 policiais para executar um trabalho na área de tributos. Esses 3 policiais serão selecionados de um grupo composto por 6 homens e 5 mulheres. A respeito dessa situação, julgue o próximo item.

- 43 A probabilidade de os 3 policiais serem do mesmo sexo é superior a 0,19.

Em uma cidade é realizado um levantamento referente aos valores recolhidos de determinado tributo estadual no período de um mês. Analisando os documentos de arrecadação, detectou-se 6 níveis de valores conforme consta no eixo horizontal do gráfico abaixo, em que as colunas representam as quantidades de recolhimentos correspondentes.



Com relação às medidas de posição deste levantamento, julgue o próximo item.

- 44 A mediana supera o valor da média aritmética em R\$ 25,00.

A população de uma cidade é de 30.432 habitantes. Desse total, $\frac{5}{8}$ são pessoas cuja idade é menor do que 30 anos completos. Também desse total, $\frac{7}{12}$ são pessoas que frequentam algum tipo de escola. Nessa cidade, ninguém com 30 anos completos ou mais, frequenta qualquer tipo de escola. Com relação a essa situação, julgue o próximo item.

- 45 O número de pessoas com menos de 30 anos completos e que não estão em qualquer escola é inferior a 1260.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

Acerca do conteúdo de Organização Administrativa, mais especificamente sobre descentralização, desconcentração e entidades da administração indireta, julgue as assertivas a seguir.

- 46** A criação de uma secretaria municipal subordinada à estrutura de uma prefeitura, para a qual são distribuídas competências específicas de organização do trânsito, é um exemplo de descentralização administrativa.
- 47** Empresas públicas são entidades da administração indireta caracterizadas pela personalidade jurídica de direito privado, quadro societário integralmente público, além de poderem ser constituídas sob qualquer forma jurídica admitida em direito.

Julgue as afirmativas tomando como referência a teoria sobre os Atos e os Poderes Administrativos, assim como a jurisprudência correlata.

- 48** Verifica-se a autoexecutoriedade em situações como a apreensão de alimentos vencidos ou a ordem de demolição de casa habitada, tendo em vista que não é necessário um mandado judicial para a execução dos atos administrativos e das medidas de polícia administrativa.
- 49** A concessão inicial de aposentadoria a servidor público é exemplo de ato administrativo complexo.
- 50** Estará configurado o abuso de poder por desvio a prática de ato administrativo por servidor público que não possui competência prevista em lei.
- 51** Ao anular um ato administrativo viciado praticado por agente inferior, uma determinada chefia exerce poder disciplinar baseado no princípio geral da autotutela.

Analise cada assertiva subsecutiva que tem por objeto as regras sobre Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e aponte o valor de Certo ou Errado.

- 52** No Brasil, a regra geral para a responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros por seus agentes é a responsabilidade objetiva, na modalidade de risco administrativo, admitindo-se a aplicação da teoria do risco integral em situações excepcionais, como no caso de danos ambientais.
- 53** A responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de atos omissivos depende da comprovação da inobservância de seu dever específico de agir.

Julgue as assertivas a seguir sobre as disposições da Lei n. 8.429/1992.

- 54** Um particular que, mesmo sem ser agente público, induz dolosa ou culposamente para a prática de um ato de improbidade administrativa, pode ser responsabilizado nos termos da Lei n. 8.429/1992.

- 55** Em ofensa à imparcialidade, o prefeito que dolosamente frustrar, o caráter concorrencial de concurso público com vistas à obtenção de benefício de seu sobrinho, poderá responder por ato de improbidade administrativa com a perda da função pública.

- 56** Após o decurso *in albis* do prazo de 8 anos, contados da prática do ato de improbidade administrativa, haverá a extinção da punibilidade pela prescrição.

No tocante à Lei n. 9.784/1999 e ao Controle da Administração Pública, julgue.

- 57** Graças ao princípio explícito da oficialidade, a desistência ou a renúncia do interessado não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
- 58** A motivação obrigatória dos atos que neguem pedidos formulados por um determinado interessado decorre do princípio da motivação, sendo condição formal de validade desses atos.
- 59** Como corolário da teoria dos freios e contrapesos, a Constituição prevê como competência exclusiva do Congresso Nacional a sustação de atos normativos exarados pelo Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- 60** Ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada, não é possível, no exercício do controle jurisdicional de um processo disciplinar, a incursão no mérito administrativo, devendo o Poder Judiciário circunscrever-se ao exame de regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Julgue valendo-se das disposições contidas na Lei n. 8.112/1990.

- 61** O servidor terá direito a licença remunerada para atividade política a partir da sua escolha em convenção partidária, até o décimo dia após o pleito eleitoral.
- 62** A ausência intencional do servidor público ao serviço é condição para configuração do abandono de cargo e da inassiduidade habitual.
- 63** A exoneração a pedido de servidor público que responder processo administrativo disciplinar somente estará condicionada a conclusão do processo se o seu objeto for a apuração de falta grave sujeita à demissão.

Sobre a Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação e a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, julgue.

- 64** O acesso à informação de que trata a Lei n. 12.527/2011 compreende o direito de obter informação primária, assim entendida como a que foi coletada na fonte, com o máximo de detalhamento e sem modificações.
- 65** O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer independente de consentimento em casos especiais, taxativamente previstos na Lei Geral de Proteção de Dados, como por exemplo, quando indispensável à proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Administração Pública

Bruno Eduardo

No que tange à evolução dos modelos de administração pública e às reformas do Estado, julgue os itens a seguir.

- 66** O patrimonialismo, característico do Estado oligárquico, marca-se pela porosidade entre as esferas pública e privada, em que o aparelho estatal funciona como uma extensão do poder do soberano, inexistindo a distinção entre o patrimônio do governante e o do Estado.
- 67** A transição do modelo burocrático para o paradigma pós-burocrático implica a substituição completa dos controles procedimentais pela discricionariedade absoluta do gestor, eliminando o princípio da legalidade em prol da eficiência.
- 68** O Estado Regulador caracteriza-se pela retração da atuação direta do Estado como produtor de bens e serviços, transferindo essa execução ao setor privado, enquanto o ente público retém a função de normatização e fiscalização dos mercados.

Acerca de Transparência, Accountability e Controle Social, julgue os itens subsequentes.

- 69** A *accountability* vertical manifesta-se por meio do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), no qual poderes independentes, como o Legislativo e o Judiciário, exercem fiscalização mútua sobre seus atos.
- 70** O controle social, pilar da cidadania, pressupõe a participação ativa da sociedade civil no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas, indo além do simples acesso à informação passiva.
- 71** A transparência administrativa é condição necessária, porém não suficiente, para a garantia da *accountability*, uma vez que esta última exige também a capacidade de sanção e a obrigação de justificativa pelos atos praticados.

Sobre excelência nos serviços públicos e gestão por competências, julgue os itens.

- 72** Na gestão por competências, o mapeamento de competências consiste em identificar o *gap* (lacuna) entre as competências necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais e as competências atualmente disponíveis no quadro de pessoal.
- 73** A gestão por resultados na produção de serviços públicos prioriza a conformidade estrita aos manuais de procedimentos internos em detrimento dos indicadores de impacto socioeconômico, visando garantir a segurança jurídica do servidor.
- 74** A comunicação na gestão pública contemporânea deve ser compreendida como uma via de mão única, focada na publicidade dos atos oficiais para cumprimento do preceito constitucional, sem necessidade de mecanismos de retroalimentação (*feedback*).

No que tange à Governança, Governabilidade e Intermediação de Interesses, julgue os próximos itens.

- 75** Enquanto a governabilidade refere-se às condições políticas e à legitimidade de um governo para exercer o poder, a governança remete à capacidade administrativa e técnica de transformar decisões em políticas efetivas.
- 76** O neocorporativismo diferencia-se do corporativismo estatal por ser um sistema de intermediação de interesses em que a participação de grupos organizados nas decisões públicas ocorre de forma voluntária e competitiva, sem o monopólio da representação concedido pelo Estado.
- 77** O clientelismo é uma forma de intermediação de interesses baseada no mérito e no atendimento universal das necessidades da população, independentemente de vínculos de lealdade pessoal com o detentor do poder.

Sobre o Ciclo de Políticas Públicas, julgue os itens a seguir.

- 78** A construção da agenda (*agenda-setting*) é a fase em que problemas sociais são selecionados para receberem a atenção prioritária do governo, sendo influenciada por fatores como janelas de oportunidade e pressão da opinião pública.
- 79** A fase de formulação da política pública é estritamente técnica e isolada de pressões políticas, encerrando-se com a sanção da lei que institui o programa.
- 80** Na avaliação de políticas públicas, a análise de eficiência foca na relação entre os recursos financeiros utilizados e os produtos gerados, enquanto a efetividade analisa o grau de alcance das metas e os impactos reais na sociedade.

Quanto à descentralização e participação no Estado brasileiro, julgue os itens.

- 81** A descentralização política e administrativa, reforçada pela Constituição de 1988, visou aproximar a gestão pública do cidadão, fortalecendo o papel dos municípios na execução de políticas sociais como saúde e educação.
- 82** Os conselhos de políticas públicas são instâncias de participação que permitem o exercício da democracia direta, substituindo o poder decisório do Poder Legislativo municipal no que tange à alocação orçamentária.
- 83** A incidência de corrupção em políticas públicas é favorecida pela ausência de transparência e pela alta discricionariedade sem mecanismos eficazes de controle interno e externo.

Acerca das Reformas Administrativas e Mudanças Institucionais, julgue os itens.

- 84** As Organizações Sociais (OS) são entidades privadas, sem fins lucrativos, que celebram contrato de gestão com o Poder Público para a prestação de serviços não exclusivos, como saúde e cultura, podendo receber recursos e bens públicos.

85 As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificam-se por meio de Termo de Parceria e, diferentemente das OS, não podem receber servidores públicos cedidos com ônus para o órgão de origem.

86 Agências Executivas são autarquias ou fundações que já existem e que, ao celebrarem contrato de gestão para melhoria da eficiência, recebem tal qualificação e maior autonomia gerencial do Poder Executivo.

No contexto do serviço civil e consórcios, julgue os itens finais.

87 Os Consórcios Públicos permitem que entes da federação se associem para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo personalidade jurídica de direito público (associação pública) ou de direito privado.

88 A reforma do aparelho do Estado proposta na década de 90 dividiu as atividades estatais em quatro setores: Núcleo Estratégico, Atividades Exclusivas, Serviços Não Exclusivos e Produção de Bens e Serviços para o Mercado.

89 A reforma do serviço civil baseada na flexibilidade permite que o gestor público contrate pessoal sem concurso público para cargos de carreira, visando agilizar o atendimento às demandas sociais.

90 Equidade social, no âmbito da gestão local, refere-se ao tratamento uniforme de todos os cidadãos, independentemente de suas vulnerabilidades específicas, visando a padronização absoluta dos serviços prestados.

Noções Direito Constitucional e Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Vinicius Marques

Com base nas noções fundamentais de Direito Constitucional, especialmente no que se refere ao conceito de Constituição, ao contexto histórico de formação da Constituição Federal de 1988, às suas principais características e à estrutura do texto constitucional, julgue o item a seguir.

91 A Constituição Federal de 1988 insere-se no contexto de redemocratização do Estado brasileiro após o regime autoritário instaurado em 1964, sendo concebida como Constituição promulgada, escrita, rígida, analítica e dogmática, marcada pela centralidade dos direitos fundamentais e pela ampliação do papel do Estado na promoção de direitos sociais; quanto à sua estrutura, organiza-se em parte dogmática, que contempla princípios fundamentais, direitos e garantias, e organização do Estado e dos Poderes, e em parte orgânica e transitória, destacando-se o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias como instrumento voltado à adaptação entre a ordem constitucional anterior e a nova ordem instaurada.

Com base nas noções fundamentais de Direito Constitucional, especialmente no que se refere ao poder constituinte (conceito, espécies e limites), julgue o item a seguir.

92 O poder constituinte originário é espécie de poder jurídico derivado da Constituição anterior, razão pela qual se submete aos seus limites formais e materiais, inclusive às cláusulas pétreas nela previstas, podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário caso desrespeite o procedimento de reforma constitucional; por sua vez, o poder constituinte derivado reformador é politicamente soberano e juridicamente ilimitado, podendo abolir direitos e garantias individuais e a forma federativa de Estado, desde que respeite o quórum qualificado de aprovação de emenda constitucional, enquanto o poder constituinte decorrente, exercido pelos estados-membros, possui natureza originária no âmbito local, não se sujeitando a princípios sensíveis nem a normas de reprodução obrigatória impostas pela Constituição Federal.

Com base nas noções fundamentais de Direito Constitucional, especialmente no que se refere aos Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

93 Os fundamentos da República Federativa do Brasil, por constituírem meras diretrizes político-programáticas, não possuem aplicabilidade jurídica imediata, dependendo de lei integrativa para produzirem efeitos, razão pela qual a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não podem ser utilizados como parâmetros de controle de constitucionalidade; além disso, os objetivos fundamentais da República, por integrarem o mesmo capítulo, possuem natureza idêntica aos fundamentos, de modo que se confundem com estes, enquanto o princípio do pluralismo político, embora previsto como fundamento, restringe-se ao reconhecimento formal de partidos políticos registrados, não abrangendo a proteção institucional da diversidade de ideias e da participação de grupos sociais na vida pública.

Com base nas noções de Direitos e Garantias Fundamentais, especialmente quanto à concretização de direitos sociais, à atuação legislativa estadual, a jurisprudência atualizada e aos limites constitucionais impostos pelo princípio da separação dos Poderes, julgue o item a seguir.

94 É constitucional lei estadual de iniciativa parlamentar que assegura gratuidade no transporte intermunicipal a pessoas hipossuficientes acometidas por câncer, desde que a isenção seja limitada à quantidade de assentos gratuitos já prevista para outros grupos protegidos, como pessoas com deficiência, não havendo afronta ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão nem à reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo; por outro lado, é inconstitucional a previsão, na mesma lei, de prazo para que o Poder Executivo proceda à sua regulamentação, por violação à separação dos Poderes e à competência privativa do Executivo para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração.

Com base nas noções de Direitos e Garantias Fundamentais, especialmente quanto ao direito à saúde, à proteção integral da criança e do adolescente e aos limites constitucionais da atuação estatal em face de pessoas em situação de vulnerabilidade, julgue o item a seguir.

- 95** Em situação na qual o Estado deposita mensalmente valores para a aquisição de medicamento essencial a criança menor incapaz e, diante de emergência médica, a genitora utiliza a quantia para comprar outros fármacos igualmente destinados ao tratamento do filho, é constitucional a suspensão temporária do fornecimento do medicamento originalmente custeado como forma de sanção indireta, uma vez que a verba pública foi utilizada em finalidade diversa da determinada judicialmente, devendo prevalecer o dever de ressarcimento ao erário e a disciplina da execução da política pública de saúde.

Com base nas noções de Direitos e Garantias Fundamentais, especialmente quanto ao direito à saúde, à proteção da saúde coletiva, jurisprudência atual do STF e à repartição de competências legislativas, julgue o item a seguir.

- 96** Lei municipal que, sob o argumento de proteção à liberdade individual, proíbe em seu território a vacinação compulsória e veda a imposição de restrições ou sanções administrativas a pessoas não vacinadas, mesmo em contexto de emergência sanitária reconhecida pelas autoridades competentes, viola o dever constitucional do Estado de promover a saúde pública, desestimula a imunização da população e contraria normas gerais federais, sendo, portanto, inconstitucional, ainda que não determine a vacinação forçada e não apresente peculiaridades locais aptas a justificar tratamento diferenciado.

Com base nas noções de Direito Constitucional, especialmente quanto à organização do Estado e à competência material da União, nos termos do art. 21 da Constituição Federal, julgue o item a seguir.

- 97** Compete privativamente à União, como atribuição de natureza material e administrativa, manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, declarar a guerra e celebrar a paz, assegurar a defesa nacional, decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal, emitir moeda, administrar as reservas cambiais do País, manter o serviço postal e explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, serviços de telecomunicações, radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, tratando-se de competências indelegáveis aos demais entes federativos.

Com base nas noções de Direito Constitucional, especialmente quanto ao Congresso Nacional, à autonomia organizacional do Poder Legislativo e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre matérias *interna corporis*, julgue o item a seguir.

- 98** É inconstitucional a adoção da idade como critério de desempate nas eleições internas para os cargos das Mesas Diretores do Congresso Nacional, por violar os princípios da igualdade e da impessoalidade, bem como o princípio da simetria constitucional, sendo vedado aos regimentos internos do Poder Legislativo estabelecer parâmetros não expressamente previstos na Constituição Federal para definição do resultado eleitoral.

Com base nas noções de Direito Constitucional, especialmente quanto ao Congresso Nacional, à perda do mandato parlamentar e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

- 99** Em situação na qual a Justiça Eleitoral cassa o mandato de Senador eleito por ilícitos ocorridos no processo eleitoral, é constitucional a assunção imediata, ainda que de forma interina, do candidato mais votado subsequente ou do suplente da chapa, de modo a evitar a temporária ausência de representação do Estado no Senado Federal, sendo desnecessária a realização de eleição suplementar quando faltarem menos de quinze meses para o término do mandato.

Com base nas noções de Direito Constitucional, especialmente quanto ao processo legislativo constitucional de reforma da Constituição (art. 60 da CF/1988), julgue o item a seguir.

- 100** A proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por iniciativa de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, sendo discutida e votada em turno único em cada Casa do Congresso Nacional; uma vez aprovada por maioria absoluta dos votos, será sancionada e promulgada pelo Presidente da República, podendo, ainda, ser apreciada durante a vigência de intervenção federal, desde que não verse sobre cláusulas pétreas.

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente quanto à sede e ao local de funcionamento da Casa, julgue o item a seguir.

- 101** A Câmara dos Deputados tem sede na Capital Federal e funciona, como regra, no Palácio do Congresso Nacional, sendo admissível, em caso de motivo relevante ou de força maior, que se reúna em outro edifício ou em ponto diverso do território nacional, desde que haja deliberação da Mesa, submetida à ratificação da maioria absoluta dos Deputados.

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente no que se refere à eleição da Mesa Diretora, à duração do mandato e à vedação de recondução, julgue o item a seguir.

- 102** Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa de cada legislatura, realizada em 1º de fevereiro, a Câmara dos Deputados elege o Presidente, os demais membros da Mesa e os Suplentes dos Secretários para mandato de dois anos, sendo admitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, desde que se trate da mesma legislatura e haja aprovação da maioria absoluta dos Deputados.

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente quanto à organização das representações partidárias e dos blocos parlamentares, à escolha e às atribuições dos Líderes e Vice-Líderes, julgue o item a seguir.

- 103** Os Deputados organizam-se em representações partidárias ou em Blocos Parlamentares, podendo a respectiva representação escolher Líder desde que atendidos os requisitos constitucionais, sendo facultado a cada Líder indicar Vice-Líderes na proporção de um para cada quatro Deputados, ou fração, vedada a participação de Líderes e Vice-Líderes na Mesa da Câmara dos Deputados, e permanecendo aqueles no exercício de suas funções até nova indicação formal comunicada à Mesa pela maioria absoluta dos integrantes da representação.

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, especialmente quanto à formação, funcionamento e extinção dos Blocos Parlamentares, julgue o item a seguir.

- 104** As representações de dois ou mais partidos podem, por deliberação de suas bancadas, constituir Bloco Parlamentar sob liderança comum, ao qual se aplica, no que couber, o tratamento regimental conferido às organizações partidárias; as lideranças dos partidos que integram o bloco perdem suas prerrogativas regimentais, sendo exigido quórum mínimo correspondente a três centésimos dos membros da Câmara para sua formação, extinguindo-se o bloco se, em razão de desligamento de bancada, deixar de atender a esse quórum, além de possuir existência limitada à legislatura.

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, julgue o item a seguir.

- 105** Durante uma sessão ordinária da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal João Pereira inscreveu-se regularmente para falar no Grande Expediente. Diante da necessidade de avançar na apreciação de matérias legislativas urgentes, o Presidente da Casa determinou o início antecipado da Ordem do Dia. Na mesma sessão, o Vice-Líder do partido de João, munido de delegação escrita do Líder, solicitou a palavra para tratar de tema de relevância nacional, fora do momento destinado às Comunicações Parlamentares. Nessa situação, o Presidente da Câmara agiu em desconformidade com o Regimento Interno, pois é vedado que a Ordem do Dia absorva o tempo destinado ao Grande Expediente, o qual possui duração improrrogável, e o Vice-Líder somente poderia se manifestar sobre assunto de relevância nacional durante o período específico das Comunicações Parlamentares, desde que houvesse tempo disponível para essa fase da sessão.

Noções Direito Constitucional e Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Mario Elesbão

- 106** Quando for convocado extraordinariamente o Congresso Nacional, poderá ser submetida à deliberação a proposição para a qual tenha sido aprovada urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, ainda que a referida proposição não tenha sido objeto da convocação.

- 107** O Deputado poderá obter licença para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse 120 dias por legislatura.

- 108** O Deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado perderá o mandato, se assim for decidido pela Câmara dos Deputados, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante provocação da Mesa ou de Partido com representação no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

- 109** A declaração de renúncia do Deputado ao mandato, dirigida por escrito à Mesa, produz efeitos imediatos, por se tratar de manifestação unilateral de vontade, tornando-se efetiva e irrevogável no momento de sua entrega à Mesa.

- 110** Sessões deliberativas ordinárias da Câmara dos Deputados são aquelas que se realizam apenas uma vez por dia, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante as sessões legislativas ordinárias.

- 111** Nas sessões extraordinárias, não haverá Grande Expediente, iniciando-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia logo após o Pequeno Expediente.

- 112** O Deputado, exceto se Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar, somente poderá participar dos trabalhos da Comissão de que seja membro.

- 113** Os Deputados não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

- 114** O membro da Mesa que se desvincular de sua bancada perde o direito ao cargo que ocupa nesse órgão diretivo.

- 115** No que concerne às prerrogativas de função, pode-se dizer que os deputados, serão processados e julgados nas infrações penais comuns, originariamente perante o Supremo Tribunal Federal.

- 116** Considerar-se-á investido no mandato de deputado, o candidato da chapa vitoriosa nas eleições para a Câmara a partir do momento do recebimento do diploma conferido pela Justiça Eleitoral.

- 117** Integrar o Plenário e as Comissões, votar e ser votado, oferecer proposições, tomar parte nas sessões, fazer uso da palavra nos termos do Regimento Interno; eis aqui algumas das atribuições do deputado, no exercício do seu mandato.

- 118** O servidor público, de um modo geral, dever apresentar ao órgão ao qual se vincula sua declaração de bens. Os deputados, dadas suas prerrogativas e imunidades, se excluem dessa obrigatoriedade.

- 119** Ao receber um projeto de lei, notadamente inconstitucional, o Presidente da Câmara dos deputados não terá outra alternativa, exceto remeter o referido projeto à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que irá apreciar e rejeitar a proposição.

- 120** O Regimento Interno da Câmara, escoimado na norma constitucional, veda a possibilidade de que seja concedida licença ao deputado, para ocupar cargos no Poder Executivo. Depreendendo-se que se um deputado, por exemplo, tomar posse, como Governador de Território Federal, deverá ser declarado vago o seu cargo na Câmara.

Administração Geral

Cosme Sérgio

A Diretoria-Geral de Administração de uma grande instituição pública federal (com características semelhantes às da Câmara) decidiu implantar um Modelo Integrado de Gestão (MIG) para elevar a qualidade do gasto, melhorar a entrega de serviços ao cidadão e fortalecer a governança interna.

O MIG contém:

- Planejamento estratégico com BSC, mapa estratégico, indicadores e metas;
- Estrutura de governança, com comitês, três linhas de defesa, política de integridade, gestão de riscos e diretrizes de compliance;
- Programa de gestão por resultados, com pactuação de metas, monitoramento e avaliação;
- Transformação digital, com trabalho híbrido e reconfiguração de processos críticos;
- Criação de um PMO para padronizar gestão de projetos e selecionar um portfólio alinhado à estratégia;
- Implantação de BPM (modelagem e melhoria de processos), com indicadores de desempenho de processos;
- Modernização da gestão de pessoas, com foco em competências, capacitação e engajamento;
- Revisão do controle patrimonial, inventários e responsabilização de cargos.

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

- 121** A abordagem sistêmica, ao ser aplicada ao MIG, exige que a instituição trate os subsistemas (pessoas, processos, estrutura, tecnologia) como partes interdependentes, de modo que mudanças em um deles tendem a produzir efeitos em cadeia nos demais.
- 122** Ao relacionar teorias administrativas e gestão de pessoas, a adoção de práticas estritamente tayloristas tende a aumentar engajamento e autonomia, pois privilegia enriquecimento do trabalho e autorregulação do servidor.
- 123** Na gestão por resultados, é correto afirmar que indicadores e metas são equivalentes, pois ambos exprimem numericamente o desempenho esperado e observado.
- 124** No BSC, o mapa estratégico é utilizado para explicitar relações de causa e efeito entre objetivos, conectando perspectivas de modo a orientar a seleção de indicadores, metas e iniciativas.
- 125** Em ambiente público, a análise SWOT, por si só, é suficiente para definir estratégia, pois dispensa o desdobramento em objetivos, indicadores, metas e iniciativas.

- 126** Indicadores de eficiência podem ser construídos pela relação entre insumos e produtos, enquanto indicadores de efetividade se associam ao impacto produzido na realidade social, para além da entrega imediata do serviço.

- 127** A adoção de compliance e integridade no MIG é incompatível com flexibilidade administrativa, pois aumenta controles e elimina a discricionariedade, tornando impossível inovar.

- 128** Na governança, é correto afirmar que gestão e governança são sinônimos, pois ambas se dedicam à execução operacional e ao atingimento de metas no curto prazo.

- 129** Na gestão de riscos do MIG, um bom desenho pressupõe que o risco seja tratado como evento exclusivamente negativo, devendo ser sempre evitado, independentemente do custo.

- 130** Na gestão por competências, é adequado mapear competências organizacionais e individuais, identificar lacunas (gaps) e orientar ações de desenvolvimento, sendo incorreto tratar competência apenas como traço inato de personalidade.

- 131** No comportamento organizacional, motivação e engajamento podem ser considerados equivalentes, pois ambos se reduzem ao nível de satisfação do servidor com benefícios e remuneração.

- 132** No MIG, a adoção de trabalho híbrido implica, por regra, queda de desempenho e controle, pois a supervisão presencial é condição necessária para produtividade e accountability.

- 133** A transformação de processos no MIG pode ser apoiada por tecnologias de BPM, mas o redesenho de processos prescinde de indicadores, pois é suficiente mapear o fluxo e padronizar rotinas.

- 134** Quanto à gestão de projetos, projeto, programa e portfólio diferem em natureza: projetos são temporários e produzem entregas; programas coordenam projetos correlatos para benefícios; portfólios organizam projetos/programas para alinhamento estratégico.

- 135** No controle patrimonial, inventário é etapa de verificação físico-contábil dos bens, e seu resultado pode demandar ajustes de registros, apuração de responsabilidades e decisões administrativas sobre baixa, realocação ou regularização.

Licitações e Contratos

Rafael de Oliveira

A licitação ocupa posição central no regime jurídico das contratações públicas, constituindo instrumento destinado a assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública e a obtenção de resultados eficientes nas compras e contratações estatais.

Considerando essa conceituação doutrinária, julgue o item a seguir.

- 136** A licitação é procedimento administrativo previamente disciplinado em lei e em ato administrativo específico, destinado à seleção da proposta mais vantajosa e à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, observando-se a isonomia entre os concorrentes e sendo conduzida por órgão dotado de competência legal própria.

A Lei n. 14.133/2021 estabeleceu o novo regime geral das licitações e contratos administrativos, definindo seu âmbito de aplicação e preservando o tratamento diferenciado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

Considerando essas disposições, julgue o item a seguir.

137 A Lei n. 14.133/2021 aplica-se às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como aos fundos especiais e às entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública, sendo também aplicáveis às licitações e aos contratos por ela disciplinados as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, que tratam do favorecimento às microempresas e empresas de pequeno porte.

A ordem das fases no procedimento licitatório sempre foi tema relevante na disciplina das contratações públicas, especialmente durante a vigência da Lei n. 8.666/1993, que estabelecia sequência procedimental rígida. A jurisprudência constitucional, contudo, passou a admitir maior flexibilidade normativa aos entes federativos na definição da ordem das etapas licitatórias.

Considerando esse entendimento, julgue o item a seguir.

138 O STF reconheceu como constitucional a edição de leis distritais, estaduais ou municipais que, mesmo durante a vigência da Lei n.º 8.666/1993, instituíram procedimento licitatório com ordem de fases diversa da prevista na legislação federal, admitindo a inversão das fases licitatórias pelos entes subnacionais.

O art. 11 da Lei n. 14.133/2021 dispõe expressamente sobre os objetivos do processo licitatório, reforçando a busca pela contratação mais vantajosa, a preservação da isonomia entre os licitantes e a prevenção de práticas que possam causar prejuízo ao erário.

Considerando o texto legal, julgue o item a seguir.

139 O processo licitatório, nos termos do art. 11 da Lei n. 14.133/2021, tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive quanto ao ciclo de vida do objeto, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição, bem como evitar contratações com sobrepreço, preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

A Lei n.º 14.133/2021 trouxe definição expressa de superfaturamento, qualificando-o como prática lesiva ao patrimônio público e estabelecendo hipóteses exemplificativas de sua caracterização, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle e integridade nas contratações administrativas.

Considerando o conceito legal, julgue o item a seguir.

140 Nos termos do art. 6º, inciso LVII, da Lei n. 14.133/2021, o superfaturamento consiste em dano provocado ao patrimônio da Administração Pública, caracterizado, entre outras situações, pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas no âmbito da execução contratual.

O princípio da isonomia ocupa posição central no regime jurídico das licitações, sendo expressamente previsto como objetivo do processo licitatório na Lei n. 14.133/2021, com a finalidade de assegurar igualdade de condições entre os concorrentes e preservar a justa competição.

Considerando essas disposições, julgue o item a seguir.

141 O tratamento isonômico e igualitário entre os licitantes constitui objetivo do processo licitatório, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, destinando-se a assegurar a igualdade de condições entre os concorrentes e, por consequência, a justa competição nos certames públicos.

142 A Lei n. 14.133/2021 sistematizou expressamente as fases do processo licitatório, estabelecendo ordem procedimental destinada a garantir planejamento adequado, transparência, competitividade e segurança jurídica nas contratações públicas.

Considerando o disposto no art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

143 O processo de licitação, nos termos do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, seguirá a sequência das fases preparatória, de divulgação do edital, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

A Lei n. 14.133/2021 conferiu especial relevância à fase preparatória do processo licitatório, estabelecendo que ela deve ser orientada pelo planejamento da contratação e pela compatibilização com os instrumentos orçamentários e de gestão, de modo a assegurar racionalidade e eficiência nas compras públicas.

Considerando o disposto no art. 18 da Lei n. 14.133/2021, julgue o item a seguir.

144 A fase preparatória do processo licitatório, nos termos do art. 18 da Lei n. 14.133/2021, é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, quando existente, e com as leis orçamentárias, além de contemplar considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação, incluindo a descrição da necessidade fundamentada em estudo técnico preliminar que evidencie o interesse público envolvido e a definição do objeto a ser contratado.

A Lei n. 14.133/2021 estruturou a fase de planejamento das contratações públicas, atribuindo ao estudo técnico preliminar papel central na identificação do interesse público envolvido e na definição da solução mais adequada para a futura contratação.

Considerando o disposto no art. 6º, inciso XX, da Lei n. 14.133/2021, julgue o item a seguir.

145 O estudo técnico preliminar consiste no documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, destinado a caracterizar o interesse público envolvido e a indicar a melhor solução, servindo de base para a elaboração do anteprojeto, do termo de referência ou do projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Tecnologia da Informação, Dados e Noções de Estatística

Vitor Kessler

- 146** No funcionamento básico de um computador, a unidade central de processamento (CPU) executa instruções armazenadas na memória principal, realizando operações aritméticas, lógicas e de controle, enquanto dispositivos de armazenamento secundário são acessados indiretamente por meio da memória.
- 147** No Windows 10 e no Windows 11, o utilitário ipconfig pode ser utilizado no Prompt de Comando para exibir configurações de rede, como endereço IP, máscara de sub-rede e gateway padrão das interfaces de rede.
- 148** O comando ping, disponível no Windows 10 e no Windows 11, permite testar a conectividade entre dois hosts em uma rede, utilizando o protocolo TCP para verificar a disponibilidade do destino.
- 149** Extensões de navegador desenvolvidas para o Google Chrome são incompatíveis com o Microsoft Edge, pois este último utiliza um mecanismo de renderização próprio e exclusivo.
- 150** No X (antigo Twitter), o uso de hashtags tem a finalidade de restringir a visualização da postagem apenas aos seguidores do perfil.
- 151** Programas antispyware são projetados para identificar e remover softwares espiões que coletam informações do usuário sem seu consentimento, como hábitos de navegação e dados pessoais.
- 152** O Hadoop Distributed File System (HDFS) foi projetado para priorizar baixa latência de acesso a dados, sendo ideal para aplicações transacionais em tempo real.
- 153** Dados textuais são normalmente representados por meio de codificações de caracteres, como ASCII ou Unicode, que definem a correspondência entre símbolos e valores numéricos.
- 154** A chave primária de uma tabela pode conter valores repetidos, desde que não sejam nulos.
- 155** O suporte de uma regra de associação mede a frequência com que o conjunto de itens envolvido aparece na base de dados.

Tecnologia da Informação, Dados e Noções de Estatística

Josimar Padilha

Durante uma auditoria interna da Câmara dos Deputados, analisou-se o tempo (em minutos) gasto por servidores no atendimento a demandas legislativas em determinado setor. Verificou-se que a distribuição dos tempos apresentou assimetria à direita, com poucos atendimentos excepcionalmente longos, classificados como outliers após análise exploratória.

Julgue o item a seguir.

- 156** A mediana constitui uma medida de tendência central mais robusta do que a média aritmética nesse contexto, pois é menos sensível à presença de valores extremos, ao passo que o intervalo interquartil mede a dispersão dos 50% centrais dos dados, sendo igualmente pouco influenciado por outliers.

Um estudo probabilístico conduzido pela área de planejamento da Câmara avaliou o número diário de projetos de lei protocolados, assumindo eventos independentes, taxa média constante e ausência de limite superior teórico.

Julgue o item a seguir.

- 157** Nesse contexto, a modelagem por meio da distribuição de Poisson é adequada, sendo a média da distribuição igual à sua variância.

Um analista deseja testar se o tempo médio de tramitação de proposições ultrapassa 90 dias, adotando as hipóteses $H_0: \mu \leq 90$ e $H_1: \mu > 90$, com nível de significância de 5%.

Julgue o item a seguir.

- 158** Caso o p-valor seja 0,03, não se deve rejeitar H_0 .

Para avaliar a satisfação dos servidores, aplicou-se um questionário eletrônico apenas aos que participaram voluntariamente de um programa de capacitação.

Julgue o item a seguir.

- 159** O procedimento caracteriza uma amostragem probabilística.

Na comparação de indicadores de desempenho, utilizou-se a padronização dos dados por meio do escore-z, definido por:

$$z = \frac{x - \mu}{\sigma}$$

Julgue o item a seguir.

- 160** Após a padronização, os dados passam a ter média zero e desvio-padrão um, preservando-se a forma da distribuição.

Noções de Administração Orçamentária e Financeira

Anderson Ferreira

- 161** De acordo com a Lei n. 4.320/1964, a programação da despesa orçamentária levará em conta os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias.
- 162** Por não modificarem o valor da programação orçamentária, as descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com transferências e transposição.
- 163** A descentralização de crédito externa depende de celebração de convênio ou instrumento congênere.

- 164** Em regra, em conjunto à descentralização orçamentária, ocorre a descentralização financeira, condicionada à efetiva arrecadação de recursos financeiros pelo Tesouro e ao montante dos compromissos assumidos.
- 165** A formalização do empenho ocorrerá pela emissão da “nota de empenho”, do qual deve constar, em regra, o nome, a especificação do credor e a importância da despesa.
- 166** Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho inicial deverá ser anulado totalmente, devendo ser feito outro empenho no valor total da despesa.
- 167** O empenho ordinário é aquele utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- 168** A fase de execução da despesa “em liquidação” diferencia o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador, evitando a dupla contagem.
- 169** De acordo com a Instrução Normativa STN/MF n. 8, de 25/10/2024, a utilização do Guia de Recolhimento da União (GRU) para o recolhimento de receitas e demais valores à Conta Única do Tesouro Nacional é facultativa.
- 170** Compete exclusivamente aos órgãos arrecadadores a verificação dos ingressos de receitas no SisGRU, sendo vedada a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional nesse processo.
- 171** Conforme a Instrução Normativa STN/MF n. 8, de 25/10/2024, o Sistema de Pagamentos Brasileiro poderá ser utilizado para recolhimentos efetuados por instituições financeiras, por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR), conforme orientações da Unidade Gestora Arrecadadora.
- 172** Segundo a Instrução Normativa STN/MF n. 8, de 25/10/2024, no caso da GRU Digital, quando o pagamento for realizado por meio de pix, o repasse dos recursos financeiros da conta do contribuinte à subconta de Pagamentos Instantâneos da STN no Banco Central do Brasil ocorrerá até o final do dia útil subsequente.
- 173** A inscrição de despesas em restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e as condições da legislação pertinente, de modo a prevenir e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- 174** Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª edição, a prática de empenhar por seus montantes totais ou despesas sujeitas a parcelamento que excedem o exercício financeiro pode gerar o uso excessivo dos restos a pagar não processados.
- 175** Os restos a pagar processados são aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas e pendentes de pagamento.
- 176** As despesas de exercícios anteriores (DEA) poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- 177** No momento da concessão do suprimento de fundos ao servidor suprido, considera-se a ocorrência de despesa pelo enfoque patrimonial.
- 178** Não será concedido suprimento de fundos àquele servidor em al-cance nem àquele responsável por dois suprimentos.
- 179** É competência privativa da União estipular o regramento dos suprimentos de fundos, sendo vedada qualquer regulamentação sobre o tema por parte dos entes subnacionais.
- 180** Na liquidação da despesa decorrente de suprimento de fundos, no enfoque contábil, há tanto o registro de um passivo como o registro de um ativo, representando o direito de receber um bem ou serviço.

Discursiva

Leonardo Murga

QUESTÃO DISCURSIVA 1 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No âmbito da Administração Pública contemporânea, o controle interno deixou de ser compreendido apenas como verificação formal de legalidade, passando a integrar o ciclo de gestão, planejamento e tomada de decisão.

Considerando esse contexto, discorra, em até 20 linhas, sobre o controle interno na Administração Pública, abordando, necessariamente, os dois aspectos a seguir:

- O conceito e as finalidades do controle interno no setor público;
- A relação do controle interno com a gestão de riscos, a eficiência administrativa e o controle externo.

QUESTÃO DISCURSIVA 2 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

A comunicação organizacional constitui elemento essencial para o funcionamento eficiente das organizações públicas, influenciando coordenação interna, prestação de serviços e transparência perante a sociedade.

Considerando esse contexto, discorra, em até 20 linhas, sobre a comunicação organizacional na Administração Pública, abordando, necessariamente, os dois aspectos a seguir:

- o conceito e os tipos de comunicação organizacional, com distinção entre comunicação interna e externa;
- a importância da comunicação para a eficiência administrativa, a transparência e o atendimento ao cidadão.

PEÇA TÉCNICA – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tramita na Câmara dos Deputados processo administrativo para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de apoio administrativo terceirizado por 24 meses, com valor estimado de R\$ 12 milhões anuais.

Na instrução do processo, constam as seguintes informações e constatações:

- I** – o termo de referência apresenta objeto genérico, sem detalhamento das atividades, quantitativos e níveis de serviço;
- II** – a pesquisa de preços baseou-se apenas em orçamentos de duas empresas, sem metodologia mais ampla;
- III** – o edital prevê pagamento mensal fixo, sem vinculação a desempenho;
- IV** – não há matriz de riscos nem cláusulas claras de penalidades proporcionais;
- V** – não há estudo técnico preliminar que demonstre vantajosidade econômica da terceirização.

Na qualidade de Técnico Legislativo da Câmara dos Deputados, elabore parecer técnico conclusivo, em até 50 linhas, analisando a situação, pronunciando-se individualmente sobre cada constatação e indicando, quando cabível, os vícios identificados e as providências necessárias.

Considere, no exame, elementos de planejamento da contratação, estimativa de preços, gestão contratual e mitigação de riscos.

Apresente conclusão objetiva quanto à regularidade do processo e quanto aos ajustes necessários para seu prosseguimento.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
3º SIMULADO
TÉCNICO LEGISLATIVO – ASSISTENTE LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO (PÓS-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Respostas

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45
Respostas

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75
Respostas

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105
Respostas

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Respostas

Item 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135
Respostas

Item 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150
Respostas

Item 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165
Respostas

Item 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180
Respostas

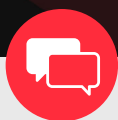


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!